

A. I. N° - 232902.0083/04-0
AUTUADO - MRV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.
AUTUANTE - SANDOVAL DE SOUZA VASCONCELOS DO AMARAL
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTRNET - 31/03/2005

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0078-03/05

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. AQUISIÇÃO EM OUTRO ESTADO DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. DESTINATÁRIO COM INSCRIÇÃO CANCELADA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. Sendo as mercadorias destinadas a contribuinte em situação irregular no cadastro estadual, deve ser considerada como destinada à contribuinte incerto, devendo ser exigido o pagamento do imposto devido sobre as operações subseqüentes, quando do ingresso das mesmas no território deste Estado. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 31/10/04, para exigir o ICMS no valor de R\$386,45, acrescido da multa de 60%, por falta de recolhimento do imposto na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada, conforme o Termo de Apreensão e Ocorrências n° 210548.0005/04-2 acostado às fls. 6 e 7 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 41), alegando que as mercadorias apreendidas não foram adquiridas para comercialização, mas se trata de amostra grátis para ser distribuída entre os clientes, de acordo com a observação nas próprias notas fiscais, e o Estado não foi prejudicado nas operações.

O autuante, em sua informação fiscal (fls. 46 a 48), explica que, no curso da ação fiscal, constatou que as mercadorias destinavam-se ao autuado, cuja inscrição encontra-se cancelada no cadastro estadual, conforme o documento acostado à fl. 12, razão pela qual foi realizado o presente lançamento. Transcreve os artigos 125, inciso II-A, alínea “a”, item “2”, 150, inciso III, 191 e 911, § 5º, do RICMS/97.

Relativamente às alegações defensivas, aduz que o autuado encontrava-se com a sua inscrição cancelada no cadastro de contribuintes; atuava no ramo de “comércio varejista de perfumaria, cosméticos e higiene pessoal” e como a quantidade de mercadorias era muito grande, resolveu exigir o imposto, “desprezando a penalidade fixa prevista para o caso”. Finalmente, pede a procedência do Auto de Infração e, se este não for o entendimento, requer que se aplique, pelo menos, a multa prevista legalmente.

VOTO

O presente Auto de Infração foi lavrado para exigir o ICMS, por antecipação, relativamente à aquisição de mercadorias em outros Estados, por meio das Notas Fiscais n°s 035714, 035715 e

035716 (fls. 8 a 10), tendo em vista que o destinatário estava com sua inscrição cancelada no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia desde 23/07/04, consoante o documento emitido pelo INC – Informações do Contribuinte e anexado à fl. 12 dos autos.

O autuado confirmou tacitamente o cancelamento de sua inscrição no cadastro de contribuintes, mas alegou que as mercadorias apreendidas eram amostras grátis e não foram adquiridas para comercialização.

Analisando os documentos acostados ao PAF, constato que o sujeito passivo era inscrito na SEFAZ para atuar no ramo de “comércio varejista de perfumaria, cosméticos e higiene pessoal” e as quantidades constantes nas mencionadas notas fiscais demonstram o intuito de comercialização.

Assim, como o presente Auto de Infração foi lavrado em 31/10/04 e o sujeito passivo se encontrava com a situação cadastral irregular, impedido, portanto, de exercer as suas atividades de comercialização, deve ser exigido o ICMS, por antecipação, nos moldes em que foi apurado no presente lançamento.

Pelo exposto, entendo que está correta a exigência fiscal, devendo ser aplicada a penalidade de 60%, como indicado no lançamento, conforme previsto no artigo 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, considerando que não houve evidência de fraude.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 232902.0083/04-0, lavrado contra **MRV COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PERFUMARIA E COSMÉTICOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$386,45**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de março de 2005.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA- PRESIDENTE/RELATORA

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – JULGADOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR